



etc, espaço, tempo e crítica
Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais
e outras coisas
ISSN 1981-3732
<http://www.uff.br/etc>
1° de Junho de 2007, n° 1(3), vol. 1

Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo*

Ruy Moreira **

Geógrafo, Professor Associado I, Universidade Federal Fluminense,
Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo,
Pesquisador do CNPq
Email: moreira.ryu4@gmail.com

Resumo

Palavras-Chave - Lugar, Região, Rede, Cartografia, Representação.

From region to network and place: a new reality and the new geographic look towards the world

Abstract

Key- Words - Place, Region, Network, Cartography, Representation

* Texto de palestra realizada no sistema FATEC/Paula Souza, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, revisto e ampliado pelo autor. Publicada originalmente na Revista *Ciência Geográfica* número 6, abril de 1997, AGB-Bauru.

** Professor dos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Neste início de século uma realidade nova, apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado, traz consigo uma enorme renovação nas formas de organização geográfica da sociedade. Diante dessa nova realidade, conceitos velhos aparecem sob forma nova e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos.

A rede global é a forma nova do espaço. E a fluidez – indicativa do efeito das reestruturações sobre as fronteiras – a sua principal característica.

Uma mudança se pede assim na forma do olhar geográfico e do geógrafo. Mas em que consiste este olhar? E como dar-lhe contemporaneidade?

A realidade e as formas geográficas da sociedade na história

Até o advento da primeira Revolução Industrial, no século XVIII, o mundo era um conjunto de realidades espaciais as mais diversas, e as sociedades se distribuíam na infinita diversidade espacial dos gêneros de vida das civilizações. Desde então, a tecnologia industrial passa a intervir na distribuição, unificando em sua expansão área a área, um após outro esses antigos espaços.

Com o advento da segunda revolução industrial, que ocorre na virada dos séculos XIX-XX, esta intervenção é levada à escala planetária, na forma da uniformização dos modos de vida e processamentos produtivos. Os espaços são globalizados em menos de um século sob um só modo de produção, que unifica os mercados e os valores, suprime a identidade cultural das antigas civilizações e traz com a uniformidade técnica uma desarrumação sócio-ambiental em escala inusitada. Ao rearrumar os espaços sob um só modo padrão, a uniformidade de organização

destrói e prejudica o modo de vida com que a humanidade se conhecia.

Um ponto de inflexão é a década de 1950 e um outro a década de 1970.

A região: o olhar sobre um espaço lento

Quando os geógrafos dos anos 1950 olhavam o mundo o que viam era a paisagem de uma história humana que mal mudara de página no trânsito dos séculos XIX-XX. Viam a sombra das civilizações antigas, com suas paisagens relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas.

Os meios de transporte e comunicação e o poder de intervenção técnica da humanidade sobre os meios ambientes só neste momento passavam a se alicerçar na tecnologia da segunda revolução industrial, interdita em seu desenvolvimento no período de entre-guerras dos anos 1930-1940.

Nada mais natural, pois, que intuissem tais geógrafos a sensação da imobilidade dos espaços e teorizassem sobre a paisagem como uma história de duração longa – tal qual viu Fernand Braudel (1989) –, eterna em suas localizações imutáveis.

É isto o que explica ter a leitura geográfica pautado-se por muito tempo na categoria da região. Era o que os geógrafos viam ainda em 1950.

A região é então a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos. O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade. Pouco importava se o dito e o visto não coincidissem exatamente.

As coisas mudavam, mas o ritmo da mudança era lento. De tal modo que se os geógrafos olhassem a paisagem de um lugar e voltassem a olhá-la décadas depois, provavelmente veriam a mesma paisagem. A distribuição dos cheios e vazios, para usar uma expressão de Jean Brunhes (1962), trocava-se com lentidão e os limites territoriais das extensões permaneciam praticamente os mesmos por longos tempos.

A rede: o olhar sobre o espaço móvel e integrado

Nada estranho que por todo esse tempo seja o recorte regional a tradição do olhar geográfico: fazer geografia é fazer a região, dizia-se. A organização espacial da sociedade é a sua organização regional e ler a sociedade é conhecer suas regionalidades.

Uma mudança forte, entretanto, vinha há tempos ocorrendo em surdina na arrumação dos velhos espaços fazia tempo. Desde o Renascimento, com a retomada da expansão mercantil e o advento das grandes navegações e descobertas, uma mudança acontece na arrumação dos espaços das civilizações, recortando-as em países e estes em regiões. Esta mudança se acelera para ganhar forma definitiva com as revoluções industriais dos séculos XVIII, XIX e XX, mediante a reorganização dos antigos espaços na divisão internacional de trabalho da produção e das trocas da economia industrial. A ordem fabril que assim se institui vai dando ao espaço um modo novo de ser, regionalizado e unificado a partir da integração das escalas de mercado. Desse modo, a imagem do mundo ganha a forma desde então tornada tradicional das grandes regiões. Primeiro das regiões homogêneas, depois das regiões polarizadas. É a região adquirindo uma importância de capital significado na ordem real da organização espacial das sociedades modernas. Mas neste justo momento esta ordem espacial começa a se

diluir diante da arrumação do espaço mundial em rede.

A organização em rede vai mudando a forma e o conteúdo dos espaços. É evidente que a teoria precisa acompanhar a mudança da realidade, ao preço de não mais dela dar conta. Uma vez que muda de conteúdo – já que ele é produto da história, e a história, mudando, muda com ela tudo que produz –, o espaço geográfico muda igualmente de forma. A forma que nele tinha importância principal no passado, já não a tem do mesmo modo e grau na organização no presente. Contudo, a tradição regional era tão forte que ainda por um tempo pensar-se-á os espaços das sociedades em termos regionais. A teoria da região não declina de importância, porém o papel matricial da região é cada vez menos de forma chave da arrumação dos espaços reais.

Com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), característica essencial da organização espacial da sociedade moderna – uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios –, tem lugar a mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação. Esta é a origem da sociedade em rede. Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado. É quando junto à rede se descobre a globalização.

A rede não é, portanto, um fenômeno novo. Recente é o teórico que adquire (DIAS, 1995). Imaginemos o espaço no passado, quando cada civilização constituía um território organizado a partir de um limite específico e da centralidade de uma cidade principal. De cada cidade parte

uma rede de circulação (transportes, comunicações e energia) destinada a orientar as trocas entre as civilizações umas com as outras, a cidade exercendo o papel de arrumadora, organizadora e centralizadora dos territórios. Temos aí uma rede organizando o espaço. Mas não um espaço organizado em rede. Podemos dizer que a rede é um dado da realidade empírica, mas conceitualmente não estamos diante de um espaço organizado em rede. Isto só vai acontecer recentemente.

A trajetória da rede moderna se inicia no Renascimento, com o desenvolvimento do transporte marítimo a grandes distâncias e o desenvolvimento articulado dos transportes terrestres internamente e fluviais entre os continentes. O desenvolvimento da rede de transportes estabelece uma conexão que evolui e se acelera do século XVI ao XVIII, quando então advém a Revolução Industrial e com ela a máquina a vapor, o trem e o navio moderno.

A cidade é a grande beneficiária desse desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação trazidos pela revolução industrial. A cidade vira o ponto de referência de uma gama de conexões que recobre e vai deitar-se sobre o espaço terrestre como um todo numa única rede. Pode-se até periodizar a história das cidades a partir da história da rede. O século XIX é o tempo de hegemonia das cidades portuárias como Londres, Hamburgo, New York, Rio de Janeiro. O século XX é o tempo da cidade da rede multimodal, em que o aeroporto substitui o papel anterior do porto. Até que chegamos à cidade da rede virtual de hoje. E, assim, à sociedade em rede.

A característica da sociedade em rede é a mobilidade territorial. E o desenvolvimento da rede de circulação inicia-se num movimento de desterritorialização de homens, de produtos e de objetos, que ocorre em paralelo à evolução das cidades e das redes, periodizando o processo da montagem e do desmonte do recorte da

superfície terrestre em regiões, e cuja referência à época é a reterritorialização dos cultivares.

Transportados pelos navios, cultivares de diferentes lugares de origem se difundem e se misturam nos diferentes continentes, formando com o tempo uma paisagem de culturas entrecruzadas na qual as regiões antigas não se distinguem mais umas das outras pelos cultivos do trigo, do café, do arroz, do milho, da batata, formando-se regiões novas com essas culturas agora mundializadas.

Cada cultivar é descolado do seu ambiente natural para ir localizar-se em outros contextos ambientais, acompanhando o desenvolvimento das comunicações e das trocas. Então, sobre a antiga paisagem dos cultivares, fundadora e constitutiva dos complexos alimentares de cada povo, cada paisagem sendo arrumada ao redor de uma cultura chave e à qual se juntam as demais culturas do complexo – como a paisagem dos arrozais do oriente asiático, do trigo-centeio do ocidente europeu e do milho-batata dos altiplanos americanos –, tão bem analisadas por Max Sorre (1961), vai-se montando uma paisagem nova, regional.

Essa mudança da arrumação, que ocorre no espaço em todo o mundo, saindo de uma espacialidade baseada num complexo agrícola para uma outra apoiada numa arrumação regional de cultivares, vindos da migração de plantas e animais oriundos de outros cantos, muda a cultura humana em cada povo, pois o resultado é uma radical troca de hábitos e regimes alimentares, alterando as relações ambientais, os gostos e os costumes desses povos.

O eixo-reitor desse rearranjo é o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e das trocas, em função de cujos propósitos os pedaços do espaço terrestre vão se regionalizando por produto.

De modo que, sobre a malha regional assim criada pode-se vislumbrar o início

da atual globalização, marcado pela escalada dos cultivares, uma escalada cultural. E estabelece-se a partir daí, uma intencional confusão de termos, embaralhando o conceito de culturas e cultivares, que explora o próprio fato da antiga imbricação das culturas humanas enquadrada na tradição da paisagem dos cultivares. Agora, cultivar vira cultura regionalizada como veículo da colonização. E o cultivar morre dentro da cultura, de modo a prevalecer a referência cultural do colonizador, não mais a cultura dos cultivares das civilizações. Um jogo ideológico que só nos dias de hoje vem à tona, com a emergência do discurso da biodiversidade, interessado no resgate do conhecimento próprio da cultura dos antigos cultivares, para o fim de implementar a cultura técnica da engenharia genética.

Com a propagação das técnicas de transportes e comunicações próprias da segunda Revolução Industrial – encarnadas no caminhão, no automóvel, no avião, no telégrafo, no telefone, na televisão, ao lado das técnicas de transmissão de energia –, o movimento de regionalização da produção e das trocas dessas culturas introduz a relação em rede, dissolvendo as fronteiras das regiões formadas pelas migrações dos cultivares, fechando um ciclo e inaugurando uma nova fase de organização mundial dos espaços.

Até que o mundo é recriado na escala globalizada, formada por uma rede de conexões territoriais intensamente mais fortes. O tecido espacial se torna ao mesmo tempo uno e diferenciado em uma só escala planetária.

O fato é que o arranjo espacial sofre uma profunda mutação de qualidade. O sentido da rede mudou radicalmente. E mudou de modo radical correspondentemente o conteúdo do conceito. O conteúdo social da rede torna-se mais explícito. E as relações entre os espaços se adensam numa tal intensidade, que densidade deixa de ser

quantidade para adquirir um sentido mais significativo de qualidade. Cabe ao espaço agora o sentido da espessura: a densidade de população, por exemplo, pode ser baixa do ponto de vista da quantidade, mas alta do ponto de vista da rede de relações sociais que encarna. Assim os campos se despovoam de população, ficando, porém, ao mesmo tempo ainda mais densos de relação, mercê do aumento das atividades, da circulação e das trocas econômicas.

Com a organização em rede o espaço fica simultaneamente mais fluído, uma vez que ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto, amplificando ao infinito o que antes fizera com os cultivares.

É então que as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidade, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede.

Ao chegarmos aos dias de hoje, em que a rede do computador é o dado técnico constitutivo dos circuitos, o espaço em rede por fim se evidencia. Então, assim como sucede com a forma geral, cada atributo clássico da geografia ganha um outro sentido. Em particular a distância. A distância perde seu sentido físico, diante do novo conteúdo social do espaço. Vira uma realidade para o trem, outra para o avião, outra ainda para o automóvel, sem falar do telefone, da moeda digital e da comunicação pela internet, uma rede para cada qual e o conjunto um complexo de redes.

Desse modo, quem, como Paul Virílio (1996a e 1996b), diz que o tempo está suprimindo o espaço, externa uma ilusão conceitual, de vez que é o tempo que cada vez mais se converte em espaço, o espaço do tecido social complexo – um complexo de complexos, diria Max Sorre (1961)–

seguidamente mais espesso e denso. E quem, como David Harvey (1992), afirma uma tese de compressão do espaço-tempo, sem considerar, como Edward Soja (1993), o ardil com que na modernidade, desde o Renascimento, a razão subsumira o espaço no tempo físico – daí o espaço virar distância –, incorre num equívoco igualmente. Por isso a contigüidade, condição da região, que sem ela não se constitui, perde o significado de antes. O fato é que a intensidade e a globalidade das interligações ainda mais aumentam, a mobilidade territorial mais se agiliza, a distância entre os lugares e coisas mais se encurta, a espessura do tecido espacial mais se adensa e o espaço se comprime no planeta. Então, espécie de São Tomé das ciências, o geógrafo declara extinta a teoria do espaço organizado em regiões singulares e de compartimentos fechados e proclama realidade o espaço em rede.

O lugar: o novo olhar sobre o espaço de síntese

“Ocupar um lugar no espaço” tornou-se, assim, o termo forte na nova espacialidade. Expressão que indica a principalidade, que na estrutura do espaço vai significar estar em rede. Fruto da rede, o lugar é o ponto de referência da inclusão-exclusão dos entes na trama da nodosidade.

Mas o que é o lugar? Podemos compreendê-lo por dupla forma de entendimento. O lugar como o ponto da rede formada pela conjugação da horizontalidade e da verticalidade, do conceito de Milton Santos (1996), e o lugar como espaço vivido e clarificado pela relação de pertencimento, do conceito de Yi-Fu Tuan (1983).

Para Milton Santos (1996), o lugar, que a rede organiza em sua ação arrumadora do território, é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contigüidade e a nodosidade. A contigüidade é o plano que integra as relações internas numa

única unidade de espaço. É a horizontalidade. A nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contigüidade. É a verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade. E é isso o lugar. O pressuposto é a rede global. Vê-se que a horizontalidade tem a ver com a antiga noção de contigüidade. Seu vínculo interno é a produção. A fábrica, as áreas de mineração e as áreas de agricultura, que a ela se articulam como fornecedoras de matérias-primas e insumos alimentícios, são, todas elas, pontos espaciais de interligação local promovida pelo ato do interesse solidário da horizontalidade. Cada atividade é parte de um todo orgânico local do ponto de vista da horizontalidade. E nessa condição entra como especificidade no todo orgânico do lugar. Já a verticalidade é a combinação dos diferentes nós postos acima e além da horizontalidade. Seu veículo é a circulação, circulação de produtos, mas, sobretudo, de informações. E sua forma material é a trama da rede dos transportes, das comunicações e meios de transmissão de energia, hoje a infovia, que leva aos diferentes planos horizontais as coisas que lhe vêm de fora. Daí que cada lugar nasce diferente do outro, dando ao todo da globalização um cunho nitidamente fragmentário, já que “o lugar são todos os lugares”. Condição que leva Milton Santos (1996) a dizer que é o lugar que existe, e não o mundo, de vez que as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, mundializando o lugar e não o mundo. É o lugar então o real agente sedimentador do processo da inclusão e da exclusão. Tudo dependendo de como se estabelecem as correlações de forças de seus componentes sociais dentro da conexão em rede. Isto porque natureza e poder da força vêm dessa característica de ser a um só tempo horizontalidade e verticalidade. Por parte da horizontalidade, porque tudo depende da capacidade de aglutinação dos

elementos contíguos. Por parte da verticalidade, da capacidade desses elementos aglutinantes se inserirem no fluxo vital das informações, que são o alimento e a razão mesma da rede (é neste momento que a contigüidade pode servir ou desservir como base do poder ao lugar).

Para Yi-Fu Tuan (1983), lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes, assim compreendidos justamente por não terem com a ambiência uma relação de estrangeiros. E, reversamente, cada momento da história de vida do homem está contada e datada na trajetória ocorrida de cada coisa e objeto, homens e objetos se identificando reciprocamente. A globalização não extingue, antes impõe, que se refaça o sentido do pertencimento em face da nova forma que cria de espaço vivido. Cada vez mais os objetos e coisas da ambiência deixam de ter com o homem a relação antiga do pertencimento, os objetos renovando-se a cada momento e vindo de uma trajetória, que é para o homem completamente desconhecida, a história dos homens e das coisas que formam o novo espaço vivido não contando uma mesma história, forçando o homem a reconstruir a cada instante uma nova ambiência que restabeleça o sentido de pertencimento.

Podemos, todavia, entender que os conceitos de Santos (1996) e Tuan (1983) não são dois conceitos distintos e excludentes de lugar. Lugar como relação nodal e lugar como relação de pertencimento podem ser vistos como dois ângulos distintos de olhar sobre o mesmo espaço do homem no tempo do mundo globalizado. Tanto o sentido nodal quanto o sentido da vivência estão aí presentes, mas distintos justamente pela diferença do sentido. Sentido de ver que, seja como for, o lugar é hoje uma realidade determinada em sua forma e

conteúdo pela rede global da nodosidade e ao mesmo tempo pela necessidade do homem de (re)fazer o sentido do espaço, ressignificando-o como relação de ambiência e de pertencimento. Dito de outro modo, é o lugar que dá o tom da diferenciação do espaço do homem – não do capital – em nosso tempo.

Com o lugar, a contigüidade e a coabitação, categorias características do espaço em região, assim se renovam. Ao mesmo tempo o lugar se reforça com a permanência da contigüidade como nexos internos do homem com o seu espaço. Categoria da horizontalidade, a contigüidade permanece, costurando agora a centralidade do lugar como matriz organizadora do espaço, porque é coabitação e ambiência. Recria-se. Ontem, a contigüidade integrava numa mesma regionalidade pessoas diferentes, mas coabitantes do mesmo espaço. Hoje, ela é a condição da acessibilidade dos mesmos coabitantes a este dado integrador-excludor do mundo globalizado que é a informação informatizada, mesmo que não habitem a mesma unidade de espaço. Importa que coabitem a rede.

O novo caráter da política

Mudam, assim, a natureza e o modo de fazer política. Estar em rede tornou-se o primeiro mandamento. Porque fazer política passou a significar construir um grande arco de alianças para se organizar em rede. Diz-se ocupar um lugar no espaço.

A corrida para incluir um lugar na rede, a um só tempo, aproxima e afasta os homens hoje. Acirra as disputas pelo domínio dos lugares e entre os lugares. Daí a valorização contemporânea do território. Lugares ou segmentos de classes inteiros podem ser incluídos, ou, ao contrário, excluídos, dos arranjos espaciais, a depender de como os interesses se aliam e organizem o acesso do lugar às informações da rede. E, deste modo, um caráter novo aparece na luta

política, e em decorrência do que é o novo caráter do espaço, exigindo que se reinvente as formas de ação.

Até porque a rede é o auge do caráter desigual-combinado do espaço. Estar em rede tornou-se para as grandes empresas o mesmo que dizer estar em lugar proeminente na trama da rede. Para ela não basta estar inserida. O mandamento é dominar o lugar, dominá-lo para dominar a rede. E vice-versa. Antes de mais, é preciso se estar inserido num lugar, para se estar inserido na geopolítica da rede. Uma vez localizado na rede, pode-se daí puxar a informação, disputar-se primazias e então jogar-se o jogo do poder. Entretanto, para que os interesses de hegemonia se concretizem, é preciso conjugar o segundo mandamento: é o controle da verticalidade que dá o controle da rede.

A informação se torna a matéria prima essencial do espaço-rede. Indústrias que possam às vezes ter dificuldade de obter matéria prima, obtêm-na facilmente, uma vez se vejam inseridas no circuito exclusivo da informação. Mais que se inserir, acessar é a regra. E, assim, de poder encontrar-se em vantagem na dianteira dos competidores. Acessa informações quem está verticalizado. O fato é que a instantaneidade do tempo virou espaço, neste mundo organizado em rede. E o vital é ser contemporâneo instantâneo e do instante. Quem só está horizontalizado pode ficar excluído do circuito, e, então, dos benefícios da informação. Assim se define o novo poder da sobrevivência.

E assim se pode explicar a reunião de países em blocos regionais, no momento mesmo que a história se despede da região como modo de arrumação. Quanto mais olhamos para o mapa contemporâneo, o que mais vemos, numa aparente contradição com um mundo globalizado em rede, é a multiplicação de blocos regionais, como a UE (União Européia), o Mercosul (União dos países do Cone Sul da América do Sul), o Nafta (União dos países da América do Norte).

A região continua a existir, porém não mais na forma e com o papel de antes. Aspecto da contigüidade da rede, a região é hoje o plano da horizontalidade de cada lugar. Para entrarem em rede de modo organizado, os países lugarizam-se mediante a organização regional. Só depois saem em vôo livre pela verticalidade da rede. De modo que a região virou o lugar da articulação entre os países, visando o concerto de estratégias globais num mercado globalizado. Daí parecerem usar de formas passadas para entrar no mundo unificado em rede, seja para segurar o tranco da competição dos grandes (UE), reduzir margens de exclusão herdadas do passado recente (Mercosul) ou evitar ônus de quem, desde o começo, já nasceu globalizado (Nafta).

Modos de estratégia e não modos geográficos de ser, eis em suma o que hoje é a região como categoria de organização das relações de espaço. Veículo de ação de contemporaneidade e não modo estrutural de definir-se, como eram nas realidades espaciais passadas, o passado recente da divisão internacional industrial do trabalho. De qualquer modo, a região é um dado de uma estratégia de ação conjunta por hegemonias a partir do plano da horizontalidade. Logística de integração da confraria dos incluídos da verticalidade, às vezes visando a exclusão do oponente, por enxugamento (de custos, de preços, de postos de trabalho) ou marginalização (de poder de interferência, de comunicar-se em público etc), a região reciclou-se diante do novo modo de fazer política do espaço em rede.

O que são o espaço e seus elementos estruturantes

Tornou-se vital para a geografia, diante dessa nova realidade, clarificar o conceito e o papel teórico do espaço geográfico. Vejamos uma forma de entendimento.

Espaço: a coabitação

Olhando o mundo, vê-se que é formado pela diversidade. Povoá-o a pluralidade: vemos as árvores, os animais, as nuvens, as rochas, os homens. A diversidade do mundo é o que chama nossa atenção de imediato.

À medida, entretanto, que experimentamos esta pluralidade no seu convívio mais íntimo, vem-nos a noção de que junto com a diversidade há a unidade. Uma interligação invisível entre as diferentes coisas faz que a diversidade acabe contraditoriamente se fundindo na unidade única de um só todo.

A grande pergunta a se fazer é o que leva tudo a ser diferente e ao mesmo tempo uma só unidade na realidade que nos cerca. A resposta em geografia relaciona-se com o ponto de referência do olhar, segundo o qual o homem observa e se localiza dentro desse mundo, e a partir daí o vê e unifica (NOVAES, 1988; BUCKMORSS, 2002). E o ponto de referência do olhar identifica o mundo como uma grande coabitação. Uma relação de coabitação com animais, vegetais, nuvens, chuvas e o próprio homem, para o qual tudo se relaciona num viver com entre si e em relação a ele. Assim, o homem não se vê como uma figura isolada e inerte dentro dessa diversidade, porque é co-partícipe. A coabitação cria o mundo como o espaço do homem.

O olhar espacial: a localização, a distribuição e a extensão

Por força da diversidade, o homem que a observa a vê, em primeiro lugar, como uma localização de coisas na paisagem. Cada localização fala de um tipo de solo, de vegetação, de relevo, de vida humana. Destarte, a localização leva à distribuição. A distribuição é o sistema de pontos da localização. Assim, a distribuição leva por sua vez à extensão. A extensão é a reunião da diversidade das localizações em sua distribuição no horizonte do recorte do olhar. É pela

extensão a diversidade vira a unidade na forma do espaço. O espaço é, então, a resposta da geografia à pergunta da unidade da diversidade. De modo que, a coabitação, que une a diversidade diante de nossos olhos, é a origem e a qualificação do espaço. A coabitação faz o espaço e o espaço faz a coabitação, em resumo.

A ontologia do espaço: o fio tenso entre a diferença e a diferença

A noção da unidade espacial é complexa, de vez que é uma unidade de contrários: o espaço reúne a síntese contraditória da coabitação – primeiro da localização e da distribuição, a seguir da diversidade e da unidade, e por fim da identidade e da diferença – e se define como a coabitação dos contrários. O conflito, eis o ser do espaço.

Esclareçamos este ponto.

O espaço surge da extensão da distribuição dos pontos da localização. Assim, como múltiplo e uno. E o que vai determinar o primado – se o múltiplo ou o uno – na dialética da extensão é a direção do foco do olhar (ARNHEIM, 1991).

Se o olhar fixa o foco na localização, um ponto impõe-se aos demais, e a localização arruma o plano da distribuição por referência nesse ponto. Se o olhar abrange a diversidade da distribuição, a distribuição arruma por igual o plano das localizações. O olhar focado na localização dimensiona a centralidade. O olhar focado na distribuição dimensiona a alteridade. A tensão se firma sobre essa base, opondo a identidade e a diferença. A centralidade estabelece a identidade como o olhar da referência. A alteridade estabelece a diferença.

Desta forma, o espaço se clarifica como o fio tenso de um naipe de oposições, em que a centralidade e a alteridade se contraditam: a centralidade se afirma como o primado da identidade sobre a

diferença e a alteridade como uma dialética da diferença e da identidade. Na centralidade a identidade se firma pela supressão da diferença (a localização se impõe à distribuição diante do olhar). Na alteridade a diferença coabita com a diferença (a alteridade reafirma a igual coabitação da diversidade), a identidade sendo a diferença auto-realizada. Em ambos os casos, a tensão aparece como o estatuto ontológico do espaço (MOREIRA, 2001 e 2006).

A tradição trabalha com a noção da unidade, como o ser do espaço por excelência, a tal ponto que é a idéia da identidade, dita identidade espacial, que está mentalizada em nós como a idéia de espaço. Seja o nome com que apareça – área, região, país ou continente –, espaço é isto, não a coabitação dos contrários, a tensão seminal: a diversidade suprimida na unidade, a diferença tensionada no padrão da repetição mecânica/ identidade. Em suma, o espaço pontuado a partir da dialética do de dentro (MOREIRA, 1999).

O ser do espaço: a geofricidade

O espaço surge da relação de ambientalidade. Isto é, da relação de coabitação que o homem estabelece com a diversidade da natureza. E que o homem materializa como ambiência, dado seu forte sentido de pertencimento. Este ato de pertença identifica-se no enraizamento cultural, que surge da identidade com o meio, através do enraizamento territorial que tudo isto implica. Podemos notar este enraizamento quando mudamos de cidade. Na cidade nova sentimo-nos inicialmente desidentificados e por isso desambientalizados, ressentindo-nos da falta de uma ambiência. Só quando nos familiarizamos com as casas, o arruamento, o fluxo do trânsito, um detalhe da paisagem, sua localização e distribuição, como referências de espaço, é que nos sentimos enraizados no novo ambiente.

A ambientalização é antes de tudo uma . Nenhum homem se enraíza cultural e territorialmente no mundo pela pura contemplação. A experimentação da diversidade é que faz o homem sentir-se no mundo e sentir o mundo como-mundo-do-homem. O enraizamento é um processo que se confunde com o espaço percebido, vivido, simbólico e concebido, e vice-versa, porque é uma relação metabólica, um dar-se e trazer o diverso para a coabitação espacial do homem sem a qual não há pertencimento, ambiência, circundância ambiental, mundanidade. Este dar-se e trazer é o processo do trabalho.

O trabalho é o ato do homem de ir à natureza e trazê-la para si. Assim inicia-se a ambientalização (MOREIRA, 2001). Paul Vidal La Blache (1954) mostrou como este processo está na origem da constituição do homem, desde as “áreas laboratórios”, quando pela domesticação e a seguir pela aclimação o homem vai modificando a natureza e modificando-se a si mesmo. Nessas áreas laboratórios, o homem inicia seu processo de hominização, definido mediante seu enraizamento cultural que vai saindo da relação metabólica, fruto da relação de ambientalização e do enraizamento territorial que daí deriva. As áreas laboratórios localizam-se nas partes semi-áridas e de relevo movimentado das encostas médias das montanhas, do longo trecho de condições naturais semelhantes, cortado pelo paralelo de 40 graus de latitude norte. Somente depois desse aprendizado, desce o homem em grupos para as “áreas anfíbias” dos vales férteis dos grandes rios, dessa faixa de área disposta do Mediterrâneo europeu às portas do oriente asiático. E, então, dá início às grandes civilizações da história. É pelo metabolismo do trabalho, portanto, que a coabitação se estabelece, o mundo aparece como construção do homem e o espaço se clarifica como um campo simbólico com toda a sua riqueza de significados (LEFEBVRE, 1983). Um significado que só pode ser para o

homem. Enquanto isto não acontece, a relação homem-espaco-mundo é uma duplicidade do de dentro e do de fora, até que a troca metabólica funde o homem e o mundo num mundo-do-homem (MOREIRA, 2004a e 2004b).

E, é isto a geograficidade.

A representação e o olhar da geografia num contexto de espaço fluido

As transformações que levam do espaço de um arranjo arrumado em matrizes regionais a um espaço de um arranjo arrumado em rede levantam o problema da linguagem.

Isto se traduz no problema da representação cartográfica, significando uma dificuldade adicional. Mas é um esforço necessário, de vez que se trata de requalificar o discurso geográfico no formato da linguagem, que preserve sua personalidade histórica e dê o passo seguinte, que a ponha em consonância com a nova realidade.

É disso que trataremos agora.

A dupla forma e o problema da personalidade lingüística da geografia

Vimos que, embora leia a complexa realidade mutante do mundo pela janela do espaço, com a vantagem de encontrar na paisagem o instrumento privilegiado da leitura, o geógrafo nem sempre tem sabido ser contemporâneo do seu tempo. A causa, em boa parte, está na dificuldade da atualização da linguagem – em sua dupla forma da linguagem conceitual e da linguagem cartográfica – a cada novo momento de enfrentamento do real.

É fato que a linguagem geográfica deixou de atualizar-se já de um tempo. As expressões vocabulares antigas perderam a atualidade, diante dos novos conteúdos, e as expressões novas foram tiradas mais de outros campos de saber, que da sua

própria evolução histórica. Como isto aconteceu?

Há uma raiz de origem epistêmica e outra de natureza metodológica, ambas com forte viés institucional. São três geografias na prática a se atualizar, cada qual correndo habitualmente em paralelo à outra: a geografia real (da realidade que existe fora de nós), a geografia teórica (da leitura desse real) e a geografia institucional (a dos meandros institucionais). Há uma realidade externa a nós, que é o fato de a humanidade existir sob uma forma concreta de organização espacial. E há a representação dessa realidade capturada por meio de sua formulação teórica. Isto estabelece na geografia uma diferença entre realidade e conhecimento, com a tradução dupla do real e do lido, que nem sempre se relacionam numa consonância. Ainda existe, porém, a geografia materializada institucionalmente e prisioneira do seu cotidiano.

Não é isto uma propriedade da geografia, mas dos saberes, uma vez ser a ciência uma forma de leitura do mundo real, que usa como recurso próprio o expediente das representações conceituais, fazendo-o em ambientes fortemente formalizados, como as instituições de pesquisa e a universidade. Se este múltiplo não é uma exclusividade do saber geográfico, há nele, entretanto, a situação específica do fato de que raramente em sua história estas três geografias coincidem, raramente se encontram, raramente se confundem.

A década de 1950 é um raro momento de encontro. Quando os geógrafos daquela década falam do mundo real, a geografia teórica o representa com uma precisão suficiente para que as pessoas que os ouvem se sintam como se estivessem vendo o que falam, não sentindo propriamente diferença entre o que ouvem falar e o que vêem. Tal é o que se percebe nos textos de Pierre George, para ficarmos num exemplo conhecido, acerca dos espaços agrários ou dos

espaços industriais da França ou de qualquer outro contexto regional do mundo. A geografia é um saber descritivo, um saber que olha e fala do mundo por meio da paisagem, e o faz numa tal correspondência que as pessoas saem das aulas, andam pelos espaços do mundo, e olhando estes espaços se lembram das lições do professor de geografia. Era a vantagem de trabalhar com a paisagem.

Tal não é o que se dá em nosso tempo. Muito raramente acontece de quando hoje as pessoas olham a organização dos espaços, se lembrem do seu professor de geografia. Falta a identidade entre o que ele falou e o que se está vendo.

Porque isto aconteceu?

O fixo e o fluxo

Uma grande transformação aconteceu primeiramente com as paisagens. Aquela mutação lenta que ainda nos anos 1950 permitia ao geógrafo explicar o mundo com ela desapareceu rapidamente diante da evolução da técnica e das formas de organização do espaço. E a paisagem tornou-se fluida.

É consenso, no plano mais geral, que a geografia lê o mundo através da paisagem. A história usa recursos mais abstratos. Pode usar a paisagem, mas não depende dela. A sociologia também. O geógrafo, entretanto, não vai adiante sem o recurso da paisagem à sua frente.

Como decorrência, isto faz da linguagem da geografia uma linguagem por essência colada justamente a este seu dado real que é a paisagem geográfica. Ora, a transfiguração do espaço da região no espaço em rede característica de nosso tempo, só lentamente vem sendo traduzida numa linguagem mais contemporânea de paisagem.

A paisagem foi capturada pela mobilidade contínua da TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), no dizer de Claude Raffestin (1993), e é precisamente isso

que, contrariamente ao período dos anos 1950, caracteriza o espaço de nosso tempo.

Há, porém, uma segunda componente nessa defasagem das três geografias: o foco do olhar na localização, ou seja, no fixo e não no fluxo. Brunhes (1962) ensinava que o espaço é uma alternância de cheios e vazios. E que a distribuição é re-distribuição. Segundo ele, cheios e vazios trocam de posição entre si no andar do tempo, de modo que o que hoje é vazio, amanhã é cheio, e o que hoje é cheio, amanhã é vazio. Sob a forma dessa bela metáfora, Brunhes está dizendo que o espaço tem um caráter dinâmico, como numa tela de um filme no cinema. E que devemos vê-lo por isso em seu movimento. Significa, portanto, priorizar o olhar da distribuição, quando temos priorizado o olhar da localização. A apreensão da dinâmica de re-distribuição só é possível com foco no aspecto dinâmico, que é a distribuição.

Não foi, entretanto, esse modo de entender que prevaleceu, mas sim a noção de que fazer geografia é localizar. Toda a ênfase foi dada à localização, nos fazendo perder a percepção do movimento da redistribuição da própria localização. Privilegiamos o olhar fixo em benefício da afirmação da centralidade. Afinal, La Blache (1954) dizia que a geografia é a repetição e a permanência. Contrariamente a Brunhes (1962), que sugere o olhar da re-distribuição. O olhar do espaço como movimento, em que se privilegia a fluidez.

Não se atentou para o quanto de revolucionário havia no pensamento de Brunhes (1962). Raros viram a necessidade de fundar a leitura geográfica na categoria do movimento como ele. E optaram pela alternativa conservadora de calcá-la na categoria do imóvel. Somente hoje, quando nos damos conta da diferença, percebemos o quanto o olhar do fluxo contém de dinamicidade. Por isso, ao falar de fixos e fluxos como categorias de apreensão do movimento do espaço, Milton Santos (1996) recria de

maneira magnífica a teoria dos cheios e vazios de Brunhes (1962).

Foi, inclusive, a incongruência do primado da categoria da localização sobre a categoria da distribuição, que não nos permitiu ver a tempo a esclerose do conceito de região, diante do espaço em rede que se formava.

O problema cartográfico da *geo graphia*

E foi ela, que igualmente não nos permitiu ver o envelhecimento e desatualização da velha cartografia. Preparada para captar realidades pouco mutáveis, essa cartografia se tornou inapropriada para representar a realidade do espaço fluido.

A geografia lê o mundo por meio da paisagem. A cartografia é a linguagem que representa a paisagem. Este elo comum perdeu-se no tempo, e não por acaso ficaram ambas desatualizadas. Não houve atualização para uma e para outra. Até porque a iniciativa está com a geografia.

Vejamos porque.

Paisagem é forma. Forma é forma do conteúdo. Mudando o conteúdo, muda também a forma. Embora a forma sempre mude mais lentamente, a mudança de conteúdo só pode ser realizada se a forma o acompanha em seu movimento. Há uma contradição nos ritmos de mudança entre a forma e o conteúdo que, deixada entregue à sua espontaneidade, o conteúdo vai para frente e a forma fica para trás. A contradição se resolve pela aceleração da mudança da forma.

É onde entra a função da geografia. Primeiro é preciso saber ler essa dialética. E, em segundo lugar, é preciso poder representá-la com a máxima fidelidade possível. A primeira exigência é atendida com a linguagem do conceito. A segunda, com a linguagem da representação cartográfica. A finalidade é mexer na forma, de modo a compatibilizá-la com a

contemporaneidade do conteúdo. E isto em caráter permanente. A cartografia instrumenta esse poder. Mas antes a geografia deve atualizá-la nessa função.

A perda da correlação, exatamente, foi isto o que aconteceu. Centrada no enfoque estático da localização dos fenômenos, a geografia fixou a cartografia nesse campo. Escapou-lhe, porém, o momento do desencontro, de um lado, entre a forma e o conteúdo, e, de outro, entre a paisagem e a realidade mutante. Assim, não renovou sua linguagem conceitual. E ficou impossibilitada de orientar a renovação da linguagem representacional da cartografia. A correlação geografia-cartografia não se deu. A geografia teórica perdeu o passo da geografia real de uma forma abismal. Transportou então este mal para o campo da cartografia.

É quando se evidenciam as duas razões da defasagem: a metodológica, isto é, o fato de a geografia ler o mundo por meio de um recurso que se defasa continuamente; e a epistemológica, ou seja, a natureza altamente mutante da técnica da representação em nossa era industrial. O problema metodológico logo se sobrepõe ao problema epistemológico (MOREIRA, 1994).

Os lugares da recuperação

Num lugar, todavia, o uso da correlação guardou um pouco do seu frescor: a escola. Isto embora a linguagem do conceito tenha evoluído e a linguagem da representação cartográfica tenha se estagnado, a segunda aumentando a já forte defasagem em relação às formas reais do espaço que representa.

O fato é que, na escola, o mapa é, ainda, o símbolo e a forma de linguagem reconhecida da geografia. E, por isto mesmo, os programas escolares começam com as noções e expressões vocabulares da representação cartográfica. A leitura do mundo se faz por intermédio das categorias da localização e da

distribuição, mesmo que o problema do primado da primeira sobre a segunda, as categorias da distribuição e da extensão entrando para o fim da montagem do discurso do geográfico como a unidade espacial dos fenômenos. Aí ainda aprendemos o ritual banal do trabalho geográfico: localizando-se e distribuindo-se é que se mapeia o mundo. E que todo trabalho geográfico consiste na seqüência clássica: primeiro localiza-se o fenômeno; depois monta-se a rede da sua distribuição; a seguir demarca-se a extensão; por fim, transporta-se a leitura para a sua representação cartográfica. Mas tudo sendo verbalizado, ainda, na linguagem do mapa.

O mapa é o repertório mais conspícuo do vocabulário geográfico. E trata-se da melhor representação do olhar geográfico. O mapa é a própria expressão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço. Todo estudo ambiental, por exemplo, é o estudo de como a cadeia dos fenômenos arruma seu encadeamento na dimensão do ordenamento territorial, um fato que começa na localização, segue-se na distribuição e culmina na extensão por meio da qual se classifica como um ecossistema. Do contrário não haveria como. O mesmo acontece com o estudo de uma cidade, da vida do campo, da interação de montante e jusante da indústria, dos fluxos de redistribuição das formas de relevo, da alteração do desenho das bacias fluviais e das articulações do mercado. Eis porque o historiador trabalha com mapa, sem que tenha de ser geógrafo. Também o sociólogo. E igualmente o biólogo. Todos, mas necessariamente o geógrafo. O mapa é o fiel da sua identidade. Todo professor secundário sabe disso. E o mantém, e reforça.

É preciso, pois, reinventar a linguagem cartográfica como representação da realidade geográfica. E reiterar o pressuposto de a linguagem cartográfica ser a expressão da linguagem conceitual da geografia. Afinal, olhando a legenda

dos mapas, signos e realidade do espaço geográfico, vemos: formas de relevo, tipos de clima, densidade de população, tipos de bacia hidrográfica, formas de cidade, núcleos migratórios, coisas da paisagem, que simplesmente transportamos mediante uma linguagem própria para o papel. De modo que as nervuras do mapa são as categorias mais elementares do espaço: a localização, a distribuição, a extensão, a latitude, a longitude, a distância e a escala, palavras do fazer geográfico.

O reencontro das linguagens é, assim, o pressuposto epistemológico da solução do problema da geografia. Pelo menos por duas razões. Primeira: a geografia afastou-se fortemente da linguagem cartográfica, agravando o afastamento entre a geografia teórica e a geografia real. Segunda: a linguagem cartográfica que usamos está desatualizada, já nenhuma relação mantendo com a realidade espacial contemporânea.

A solução supõe, todavia, trazer a cartografia para o seio da geografia. A geografia ficou com o conteúdo e perdeu a forma. E a cartografia levou a forma e ficou sem conteúdo. Nessa divisão de trabalho reciprocamente alienante e estranha, a cartografia virou uma forma sem conteúdo e a geografia um conteúdo sem forma. Diante de um espaço de formas de paisagens cada vez mais fluidas, a ação teórica da geografia não poderia dar senão numa plethora de desencontros: desencontro da geografia e da cartografia frente ao desencontro da forma-paisagem com o conteúdo-espaço. Faltou aí uma teoria da imagem num tempo de espaços fluidos.

Da cartografia cartográfica à cartografia geográfica

Reinventar a cartografia hoje é, portanto, criar uma cartografia geográfica. Afinal, o que está velho são os signos e significados guardados no mapa.

A velha cartografia fala ainda a linguagem das medidas matemáticas, que longe estão de serem o enunciado de algum significado. As cores e os símbolos nada dizem. É uma cartografia cuja utilidade está preservada para alguns níveis, mas pouco serve para os níveis de significação. Permanece fundamental à leitura geográfica das localizações exatas, mas não para a leitura do espaço dinâmico das redistribuições de espaços fluidos. Serve para representar e descobrir significados dos espaços dos anos 1950. Contudo não tem serventia para ler os espaços de um novo milênio. É uma cartografia ainda necessária, todavia não mais suficiente.

No entanto, os parâmetros de uma cartografia geográfica já estão postos: estão presentes na linguagem semiológica das novas paisagens. Mapear o mundo é antes de tudo adequar o mapa à essência ontológica do espaço. Representar sua tensão interna. Revelar os sentidos da coabitação do diverso. Falar espacialmente da sociedade a partir da sua tensão dialética. Mas tudo é impossível, repita-se, sem uma semiologia da imagem.

Para uma cartografia geográfica

A geograficidade é o que, no fundo, a geografia clássica de Carl Ritter (1974) e Alexander von Humboldt (1866) busca apreender, representar e, assim, por intermédio da geografia, clarificar como prática consciente do homem. A grande limitação da cartografia corrente – mesmo a semiologia gráfica – é a linguagem que leve a isto. Uma alternativa foi aberta por Yves Lacoste (1988) com o conceito de espacialidade diferencial, um conceito muito próximo da visão corológica e da individualidade regional de Ritter, e, na formulação, muito próxima também do conceito de diferenciação de área de Alfred Hettner, com a vantagem de vir como uma proposta de escala. E, destarte, a caminho de uma linguagem da geograficidade. Conceito, por sinal, com

que Lacoste (1988), além de Eric Dardel (1990), trabalha.

A espacialidade diferencial articula porções de espaço, semelhantemente aos recortes ritterianos, que Lacoste (1988) designa de conjuntos espaciais. Cada fenômeno forma um conjunto espacial em seu recorte. Há um conjunto espacial clima, solo, população, agropecuária, cidade etc. O limite territorial de cada conjunto numa área de recorte comum não coincide normalmente, uns sendo mais extensos e outros mais restritos, forma-se um complexo entrecruzamento nessa superposição, que é a matéria-prima da espacialidade diferencial. A paisagem depende, assim, do ângulo do olhar de quem olha, que toma um dos conjuntos espaciais como referência do olhar, e vê, em consequência, a paisagem pelo olhar de referência. Daí que cada conjunto espacial resulta numa forma de paisagem, cada qual servindo como nível de representação e nível de conceituação.

Cada complexo de paisagem se interliga com os complexos vizinhos mediante a continuidade-descontinuidade de cada um e de todos os conjuntos espaciais, alargando a espacialidade diferencial para o todo da superfície terrestre numa seqüência de entrecruzamentos, que lembra o conceito de diferenciação de áreas de Hettner – visto, porém, no formato do complexo de complexos de Sorre (1961)–, a superfície terrestre se organizando como um todo combinado de continuidade e descontinuidade, que faz dela mais que um simples mosaico de paisagens e algo muito distanciado conceitualmente de uma seqüência horizontal de regiões diferentes e singulares.

Lacoste (1988) expressa certamente a influência do relativismo de Einstein nessa atribuição do conceito de paisagem e de superfície terrestre ao movimento do olhar. E lembra o conceito de espaço de Henri Lefebvre (1981 e 1983) nessa combinação de espaço e representação,

que acaba por ser o conceito de espacialidade diferencial.

Além disso, retira o conceito de escala do entendimento puramente matemático da cartografia cartesiana tradicional e o remete a uma concepção qualitativa (sem dispensar a abordagem quantitativa), permitindo renovar a linguagem da cartografia, a partir da renovação da linguagem da geografia, numa nova semiologia. Assim, o espaço bem pode ser um todo de relações entrecruzadas, cada porção espacial - o território - se identificando por uma espessura de densidade de relações diferente, umas com um tecido espacial mais espesso e outras mais modestas, inovando o conceito de densidade, ecúmeno, sítio, entre outros da geografia clássica, por tabela, sem contar com a constituição da paisagem e da imagem como conceitos, a partir da teoria que dê conta de cada uma delas na hora de virarem discurso de representação cartográfica.

Abre então a possibilidade de introduzir esse novo viés cartográfico - a cartografia de um espaço visto como uma semiologia de real significação -, compreender o espaço como modo de existência do homem, incluindo-o como um elemento essencial de sua ontologia, e permitir ao homem mais do que ver, pensar o espaço como seu modo de ser.

oOo

BIBLIOGRAFIA

ARNHEIM, R. (1991) *Arte e percepção visual: Uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.

BRAUDEL, F. (1989) *_____*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo.

BRUNHES, J. (1962) *_____* (edição abreviada). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

BUCK-MORSS, S. (2002). *_____*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Argos Editora Universitária

DIAS, L.C. (1995) *Redes: emergência e organização*. In *_____*. CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DARDEL, E. (1990) *_____*. Paris: CTHS.

HARVEY, D. (1992) *_____*. São Paulo: Loyola.

HUMBOLDT, A. von (1866) *_____*. Paris: L. Grierin

LA BLACHE, P. V. (1954) *_____*. Lisboa: Edições Cosmos

LACOSTE, Y. (1988) *_____*. São Paulo: Papirus Editora.

LEFEBVRE, H. (1981) *_____*. Paris: Éditions Anthropos.

_____ 1983. *_____*. México: Fondo de Cultura Económica

MOREIRA, R. (1994) *O espaço da geografia. As formas históricas do trabalho do geógrafo*. In *_____*, ano II, vol. 1, n. 2. Niterói: AGB

_____ (1999) *A Diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia*. in revista *_____* ano I, no. 1. Niterói: PP GEO-UFF

_____ (2001) *As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades*. in *_____*, ano III, nº 5. Niterói: PP GEO/UFF

_____ (2004a) *Marxismo e geografia, a geograficidade e o diálogo das ontologias*. In *_____*, ano VI, nº 1. Niterói: PP GEO-UFF

_____ (2004b) *Ser-Tão: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa (um ensaio sobre a geograficidade do espaço brasileiro)*. In *_____*, ano X, volume X, n. 3. Bauru: AGB

_____ (2006) *Espaço e Contra-Espaço: sociedade civil e Estado, privado e público na ordem espacial burguesa*. In *_____*. Rio de Janeiro: DP&A.

NOVAES, A. (org.) (1988) *_____*. São Paulo: Companhia das Letras.

RAFFESTIN, C. (1993) *_____*. São Paulo: Editora Ática.

RITTER, C. (1974) *_____*. Paris: Annales Litteraires Université Besançon

SANTOS, M. (1996) *_____*. São Paulo: Hucitec.

SOJA, E.W. (1993) *_____*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SORRE, M. (1961) *_____*. Barcelona: Labor.

TUAN, Y.F. (1983) *_____*. São Paulo: Difel

VIRILIO, P. (1996a) *_____*. São Paulo: Estação Liberdade.

VIRILIO, P. (1996b) *_____*. São Paulo: Estação Liberdade.